

RGC – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

2025

Câmara de Vereadores
Jacobina do Piauí



Todo poder emana do povo!

Site: <https://www.jacobinadopiaui.pi.leg.br>



RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

EXERCÍCIO: 2025

LISTAGEM DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Imagem do Presidente.....	6
Figura 2: Organograma.....	7
Figura 3: Mesa Diretora.....	4
Figura 4: Mapa do Piauí	12

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da receita arrecadada.....	20
Gráfico 2: Memória de cálculo do duodécimo	21
Gráfico 3: Despesa mensal	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Despesas Executadas	18
Tabela 2: Receita, despesa com pessoal e indicadores – exercício 2025	19
Tabela 3: Memória de cálculo do duodécimo.....	21
Tabela 4: Repasse financeiro	22
Tabela 5: Resumo da execução orçamentária da despesa – 2025.....	24
Tabela 6: Balanço orçamentário	25
Tabela 7: Balanço orçamentário pago	26
Tabela 8: Balanço financeiro	27
Tabela 9: Balanço patrimonial.....	28

SUMÁRIO

<u>1. ORGANOGRAMA</u>	<u>7</u>
1.1 MESA DIRETORA	4
1.2 INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	9
<u>2. PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.....</u>	<u>9</u>
2.1 FUNÇÕES DO PODER LEGISLATIVO	9
2.2 COMPETÊNCIAS DO PODER LEGISLATIVO	10

<u>3. VISÃO ESTRATÉGICA DA ORGANIZAÇÃO E DO AMBIENTE EXTERNO.....</u>	<u>11</u>
3.1 APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO	11
3.2 COMPETÊNCIAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE JACOBINA DO PIAUÍ – PI.....	12
3.3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	13
3.4 COMPETÊNCIAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.....	13
3.5 COMPOSIÇÃO PARLAMENTAR.....	13
<u>4. ATIVIDADES LEGISLATIVAS</u>	<u>14</u>
<u>5. GESTÃO ADMINISTRATIVA</u>	<u>15</u>
<u>6. ESTRUTURA FÍSICA</u>	<u>15</u>
<u>7. TECNOLOGIA E CAPACITAÇÃO.....</u>	<u>16</u>
<u>8. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS</u>	<u>17</u>
8.1 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL E VERIFICAÇÃO DOS LIMITES DA LRF – EXERCÍCIO 2025	18
8.2 RESUMO FISCAL: RECEITA, DESPESA COM PESSOAL E INDICADORES – EXERCÍCIO 2025.....	19
8.3 EVOLUÇÃO DA RECEITA ARRECADADA MENSAL – EXERCÍCIO 2025.....	20
8.4 MEMÓRIA DE CÁLCULO DUODÉCIMO.....	21
8.5 REPASSE E TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA A CAMARA MUNICIPAL. 22	
8.6 DESPESA MENSAL	23
8.7 RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA – 2025	24
8.8 RESUMO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – PREVISÃO 2025	25
8.9 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – PAGO 2025.....	26
8.10 BALANÇO FINANCEIRO.....	27
8.11 BALANÇO PATRIMONIAL	28
<u>9. TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL</u>	<u>29</u>
<u>10. CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>29</u>

11.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30
12.	APÊNDICES	30
12.1	APÊNDICE A – RELAÇÃO COMPLETA DE VEREADORES (LEGISLATURA 2025)	30
12.2	APÊNDICE B – QUADRO RESUMO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS	31
12.3	APÊNDICE C – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	31
12.4	APÊNDICE D – INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA.....	31
12.5	APÊNDICE E – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	32



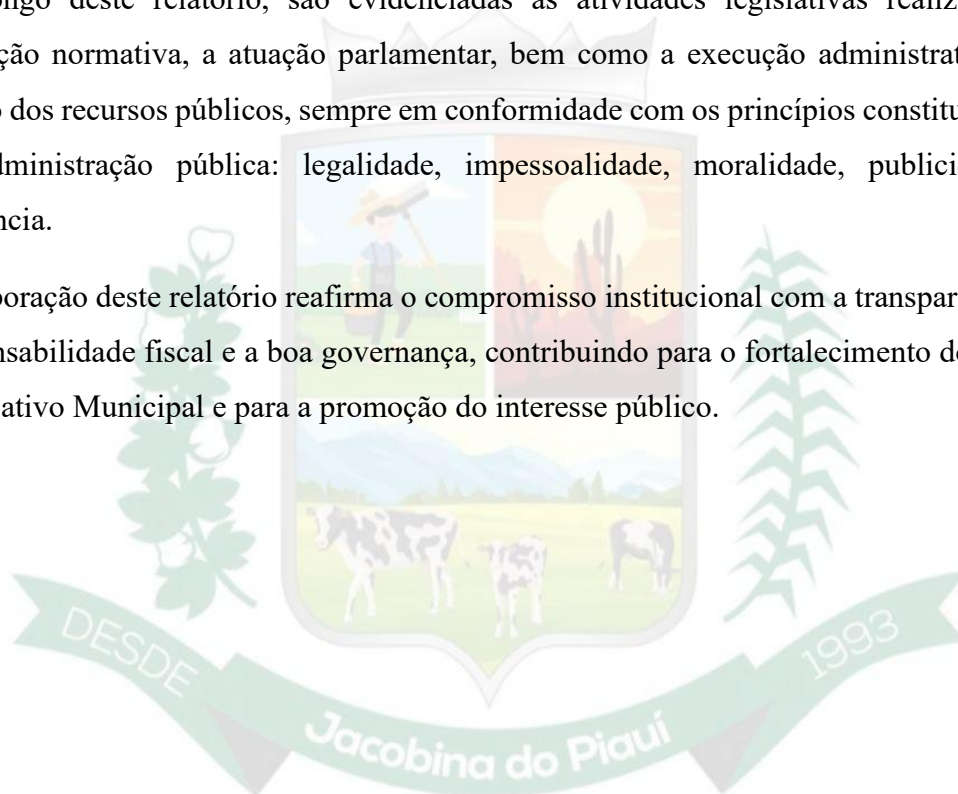
APRESENTAÇÃO

O presente Relatório Anual de Gestão tem como finalidade apresentar, de forma transparente, sistematizada e detalhada, as ações administrativas, legislativas e institucionais desenvolvidas pela Câmara Municipal de Jacobina do Piauí – PI durante o exercício de 2025.

Este documento atende às exigências do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), constituindo-se como instrumento essencial de prestação de contas, permitindo o acompanhamento e a avaliação da gestão pública por parte dos órgãos de controle e da sociedade.

Ao longo deste relatório, são evidenciadas as atividades legislativas realizadas, a produção normativa, a atuação parlamentar, bem como a execução administrativa e a gestão dos recursos públicos, sempre em conformidade com os princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A elaboração deste relatório reafirma o compromisso institucional com a transparência, a responsabilidade fiscal e a boa governança, contribuindo para o fortalecimento do Poder Legislativo Municipal e para a promoção do interesse público.



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA



Figura 1: Imagem do Presidente

É com elevado senso de responsabilidade e compromisso com a transparência pública que apresentamos o Relatório Anual de Gestão referente ao exercício de 2025 da Câmara Municipal de Jacobina do Piauí.

Durante o período, esta Casa Legislativa atuou de forma firme e comprometida com os interesses da população, exercendo suas funções constitucionais de legislar, fiscalizar e representar o cidadão, contribuindo para o desenvolvimento do município.

As atividades desenvolvidas refletem o empenho dos vereadores e da equipe administrativa na busca por uma gestão eficiente, pautada no respeito aos princípios legais e na correta aplicação dos recursos públicos.

Reafirmamos nosso compromisso com a transparência, o diálogo com a sociedade e o fortalecimento das instituições públicas, buscando sempre aprimorar os serviços prestados e promover o bem-estar coletivo.

Agradecemos a todos os vereadores, servidores e à população pela confiança e parceria ao longo deste exercício.

Francisco de Abreu

Presidente da Câmara Municipal

1. ORGANOGRAMA

VEREADORES



Figura 2: Organograma

<https://www.jacobinadopiaui.pi.leg.br/institucional/vereadores>

1.1 MESA DIRETORA



Presidente: Francisco de Abreu

Vice-presidente: Raelson Reis Ferreira

1ª Secretária: Raila Campos de Sousa

2ª Secretária: Edilene Rodrigues de Oliveira Paula

Sessão posse vereadores e eleição Mesa Diretora

Sessão solene 01/2025

Figura 3: Mesa Diretora

1.2 INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

Nome: Câmara Municipal de Jacobina do Piauí – PI

Endereço: Av. Vereador João Almeida, S/N, Centro

CEP: 64.755-000

CNPJ: 00.955.236/0001-81

Presidente: Francisco de Abreu

2. PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

O Poder Legislativo do Município de Jacobina do Piauí é exercido pela Câmara Municipal, órgão responsável pela representação da população, elaboração de leis e fiscalização das ações do Poder Executivo.

Sua composição é definida pela Constituição Federal, sendo proporcional ao número de habitantes. Nos municípios com até 15.000 habitantes, a Câmara Municipal é composta por 09 (nove) vereadores, realidade que se aplica ao município de Jacobina do Piauí.

O Poder Legislativo constitui um dos pilares do regime democrático representativo, reunindo representantes eleitos diretamente pela população, os quais atuam como porta-vozes das demandas sociais, exercendo funções legislativas, fiscalizadoras e institucionais essenciais à administração pública.

No exercício de 2025, o município de Jacobina do Piauí encontra-se em sua 9ª legislatura, consolidando-se como importante instrumento de fortalecimento da democracia e promoção da cidadania no âmbito local.

2.1 FUNÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

Conforme estabelece o Regimento Interno da Câmara Municipal de Jacobina do Piauí (art. 2º), o Poder Legislativo exerce as seguintes funções:

Função Legislativa

Consiste na elaboração, discussão e aprovação de normas jurídicas de competência municipal, por meio de leis, resoluções e decretos legislativos, disciplinando matérias de interesse local.

Função de Fiscalização Financeira e Orçamentária

É exercida com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, compreendendo:

- I – exame das contas anuais do Prefeito;
- II – acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do município;
- III – julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Função de Controle

Caracteriza-se pelo controle político-administrativo exercido sobre o Poder Executivo, abrangendo o Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e demais responsáveis pela administração pública, bem como sobre os próprios atos da Câmara Municipal.

Função de Assessoramento

Consiste na proposição de medidas de interesse público ao Poder Executivo, por meio de indicações e requerimentos apresentados pelos vereadores e aprovados em plenário.

Função Administrativa

Relaciona-se à organização interna da Câmara Municipal, incluindo a gestão de seus serviços, estrutura administrativa e funcionamento institucional.

2.2 COMPETÊNCIAS DO PODER LEGISLATIVO

No exercício de suas atribuições, compete à Câmara Municipal legislar sobre matérias de interesse local, bem como exercer competências específicas previstas na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno, especialmente nos artigos 30 da Lei Orgânica Municipal e artigos 17 e 28 do Regimento Interno.

Dentre suas competências, destacam-se:

- Elaborar leis municipais
- Fiscalizar os atos do Poder Executivo
- Julgar as contas públicas

3. VISÃO ESTRATÉGICA DA ORGANIZAÇÃO E DO AMBIENTE EXTERNO

3.1 APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO

A formação histórica do município de Jacobina do Piauí está diretamente relacionada ao processo de povoamento da região de Paulistana, iniciado ainda no século XVII, com a chegada do sertanista bandeirante Domingos Jorge Velho, por volta do ano de 1663.

Oriundo do Estado de São Paulo, Domingos Jorge Velho percorreu o Nordeste brasileiro, atuando no território piauiense entre populações indígenas e colonizadores, contribuindo significativamente para a ocupação do sertão. Durante sua permanência na região, desenvolveu atividades voltadas à criação de gado bovino, implantando currais que impulsionaram a expansão da pecuária e favoreceram a fixação populacional.

Nesse contexto, teve origem o Arraial do Paulista, núcleo que posteriormente deu origem ao município de Paulistana. Após a saída do bandeirante, a região passou a ser ocupada pelo português Valério Coelho Rodrigues, que, vindo da Bahia, estabeleceu-se como proprietário das terras, consolidando o processo de ocupação territorial a partir do século XVII.

Registra-se que a presença de Valério Coelho Rodrigues, ao lado de sua esposa Domiciana Vieira de Carvalho, foi fundamental para a formação social da região, sendo considerados importantes referências genealógicas das famílias locais, como Coelho Rodrigues, Carvalho e Vieira, que compõem parte significativa da população do município.

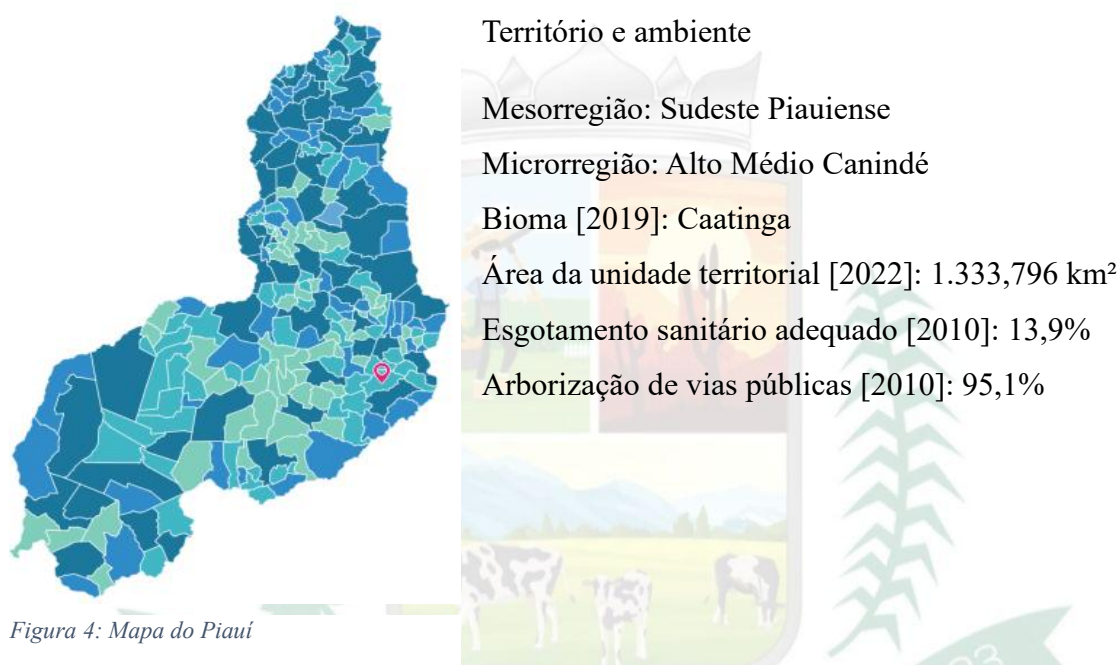
Valério Coelho Rodrigues nasceu em Poço de Sousa, Penafiel, em Portugal, e faleceu no ano de 1783, na região de Paulistana, onde também veio a óbito sua esposa, em 1781. Ambos foram sepultados na propriedade onde residiam, nas proximidades de uma capela local.

Historicamente, os territórios de Jacobina do Piauí e Paulistana permaneceram integrados até o ano de 1992, quando ocorreu a emancipação política do município.

A elevação de Jacobina do Piauí à categoria de município foi oficializada por meio da Lei Estadual nº 4.477, de 29 de abril de 1992, com o desmembramento do município de Paulistana, consolidando sua autonomia político-administrativa.

Dessa forma, o município apresenta uma formação histórica marcada pela influência do processo de colonização sertanista, pela expansão da pecuária e pela forte herança cultural de origem luso-brasileira, elementos que contribuem para a construção da identidade social e histórica da população local.

Fonte: Walfredo José da Costa; IBGE.



3.2 COMPETÊNCIAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE JACOBINA DO PIAUÍ – PI

O presente relatório tem por finalidade apresentar, de forma clara e fundamentada, as competências atribuídas ao Poder Legislativo do Município de Jacobina do Piauí – PI, exercido pela Câmara Municipal de Jacobina do Piauí.

O Poder Legislativo Municipal é responsável pela função normativa, fiscalizadora e de controle da administração pública, atuando como órgão representativo da população no âmbito local.

3.3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

As competências do Poder Legislativo Municipal estão fundamentadas nos seguintes dispositivos:

Constituição Federal de 1988 (arts. 29 a 31);

Lei Orgânica do Município de Jacobina do Piauí;

Regimento Interno da Câmara Municipal;

Legislação complementar aplicável à administração pública.

3.4 COMPETÊNCIAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Função Legislativa (Normativa)

Compete ao Poder Legislativo:

Elaborar, discutir e votar leis municipais;

Aprovar, alterar ou revogar normas de interesse local;

Dispor sobre matérias de competência do município;

Aprovar leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA).

3.5 COMPOSIÇÃO PARLAMENTAR

A Câmara Municipal é composta por 09 (nove) vereadores, eleitos democraticamente para representar a população local:

Francisco de Abreu

Raelson Reis Ferreira

Raila Campos de Sousa

Edilene Rodrigues de Oliveira Paula

Francivan de Carvalho Fernandes

Maria Eduarda de Oliveira Rocha

Raimundo de Carvalho Damasceno

Pedro José de Sousa Filho

4. ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Sessões Realizadas

Sessões Ordinárias: 20

Sessões Extraordinárias: 05

Sessões Solenes: 01

Proposituras Apresentadas

Projetos de Lei Ordinária: 23

Projetos de Lei Complementar: 02

Requerimentos: 29

Indicações: 10

Projetos Aprovados

Projetos de Lei Ordinária: 21

Projetos de Lei Complementar: 02

PROJETOS DE LEI



Nº	DESCRIÇÃO
01/2025	Dispõe sobre a criação de cargos (educação)
02/2025	Dá nova redação ao art. 26, “IV” da LDO nº 83/2024.
03/2025	Dispõe sobre o reajuste dos profissionais do magistério da educação básica;
04/2025	Sobre a Nova Estrutura Administrativa da Prefeitura (Reestruturação);
05/2025	Cria o Quadrimestre de Abertura do Campeonato Municipal de Futebol;
01/2025	Emenda – PL nº 004/2025 (Anexo)
06/2025	Trata da Implementação de Usina de Energia Solar nos prédios públicos;
07/2025	Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC);
08/2025	Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Educação – FME;
09/2025	Dispõe sobre a Política Municipal do Idoso e Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, do Fundo Municipal da Pessoa Idosa;
10/2025	Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA e o PPA para o exercício financeiro de 2026
11/2025	Autoriza o poder executivo contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal , com ou sem garantia da união;

12/2025	Autoriza o poder publico municipal a alienar por intermédio de certame licitatório, modalidade Leilão Publico, tipo on-line, os bens móveis inservíveis (ociosos, irrecuperáveis e/ou antieconômico);
13/2025	Dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Farmacêutica no Âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS
14/2025	Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de JACOBINA - PI (LOA) para o Exercício de 2026
15/2025	Projeto de Lei da Elaboração do Plano Plurianual PPA anos 2026-2029.
16/2025	Abre no orçamento vigente credito adicional especial no valor de R\$ 203.186,70.
17/2025	Dispõe sobre os critérios e procedimento para o rateio das sobras dos recursos do FUNDEB e do respectivo abono/bonificação aos profissionais da educação.
18/2025	Dispõe sobre a instituição do auxilio transporte aos ACS e ACE (15/09); Solicitado a devolução: Devolvido dia 18/09 (Dr ^a Viviane).
19/2025	Dispõe sobre normas gerais de acessibilidade para adequação do procedimento para concessão e renovação de alvará
20/2025	Dispõe sobre a Política de Regulação Fundiária Urbana;
21/2025	Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano;
22/2025	Institui o Código de Obra, Edificações e Urbanismo;

5. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Estrutura de Pessoal

Servidores: 03

Efetivos: 00

Comissionados: 03

Estagiários: 00

Controlador: Jeneilson da Silva Santos

Tesoureira: Cristina Priscila Nunes Passos

Comissionada: Merilândia Josefa de Sousa Andrade

6. ESTRUTURA FÍSICA

O edifício da Câmara Municipal foi construído entre os anos de 2005 e 2006, possuindo aproximadamente duas décadas de existência. Até o presente momento, não passou por reforma estrutural completa, sendo está uma demanda em análise pela gestão.

A edificação possui área construída aproximada de 200m², localizada na Av. Vereador João Almeida, S/N, Centro, em zona institucional do município, onde se encontra a sede do Poder Legislativo.

7. TECNOLOGIA E CAPACITAÇÃO

A Câmara Municipal utiliza sistema informatizado de votação eletrônica por meio da plataforma SGGP, com uso de tablets e painel eletrônico (TV), garantindo maior agilidade, transparência e registro das votações.

A estrutura tecnológica conta ainda com:

01 notebook

01 impressora



INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



8.1 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL E VERIFICAÇÃO DOS LIMITES DA LRF – EXERCÍCIO 2025

O quadro apresenta a evolução mensal das despesas com pessoal ao longo de 2025, incluindo valores liquidados, encargos, obrigações patronais e demais componentes da despesa bruta, além das deduções legais para apuração da despesa líquida.

Na consolidação anual:

A Despesa Total com Pessoal atingiu aproximadamente R\$ 851.792,58.

A Receita Corrente Líquida (RCL) considerada foi cerca de R\$ 60.015.707,24.

Tabela 1: Despesas Executadas

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025	MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	63.736,00	67.310,45	73.760,03	74.386,57	71.865,68	63.736,00	84.432,59	63.736,00	71.865,68	63.736,00	79.621,92	73.605,66	851.792,58	0,00
Pessoal Ativo	63.736,00	67.310,45	73.760,03	74.386,57	71.865,68	63.736,00	84.432,59	63.736,00	71.865,68	63.736,00	79.621,92	73.605,66	851.792,58	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	63.736,00	63.736,00	63.736,00	63.736,00	63.736,00	63.736,00	67.104,00	63.736,00	63.736,00	63.736,00	62.536,00	64.704,00	767.968,00	0,00
Obrigações Patronais	0,00	3.574,45	10.024,03	10.650,57	8.129,68	0,00	17.328,59	0,00	8.129,68	0,00	17.085,92	8.901,66	83.824,58	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Patentes (ADCT, art. 38, §2º)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	63.736,00	67.310,45	73.760,03	74.386,57	71.865,68	63.736,00	84.432,59	63.736,00	71.865,68	63.736,00	79.621,92	73.605,66	851.792,58	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													60.015.707,24	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)													998.709,43	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)													939.999,25	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)													552.552,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais													0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)													57.524.446,56	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III + III b)													851.792,58	1,48
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													3.451.466,79	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													3.278.893,45	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													3.106.320,11	5,40



8.2 RESUMO FISCAL: RECEITA, DESPESA COM PESSOAL E INDICADORES – EXERCÍCIO 2025

No exercício de 2025, a Receita Corrente Líquida totalizou R\$ 60.015.707,24, sendo ajustada para R\$ 59.016.997,81 para fins de cálculo dos limites de endividamento e R\$ 57.524.446,56 para apuração dos limites da despesa com pessoal.

A Despesa Total com Pessoal alcançou o montante de R\$ 851.792,58, permanecendo abaixo dos limites legais estabelecidos, cujo limite máximo corresponde a R\$ 3.451.466,79, o limite prudencial a R\$ 3.278.893,45 e o limite de alerta a R\$ 3.106.320,11.

Tabela 2: Receita, despesa com pessoal e indicadores – exercício 2025

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR
Receita Corrente líquida		60.015.707,24
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		59.016.997,81
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		57.524.446,56

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	851.792,58	1,48
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	3.451.466,79	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	3.278.893,45	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	3.106.320,11	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00

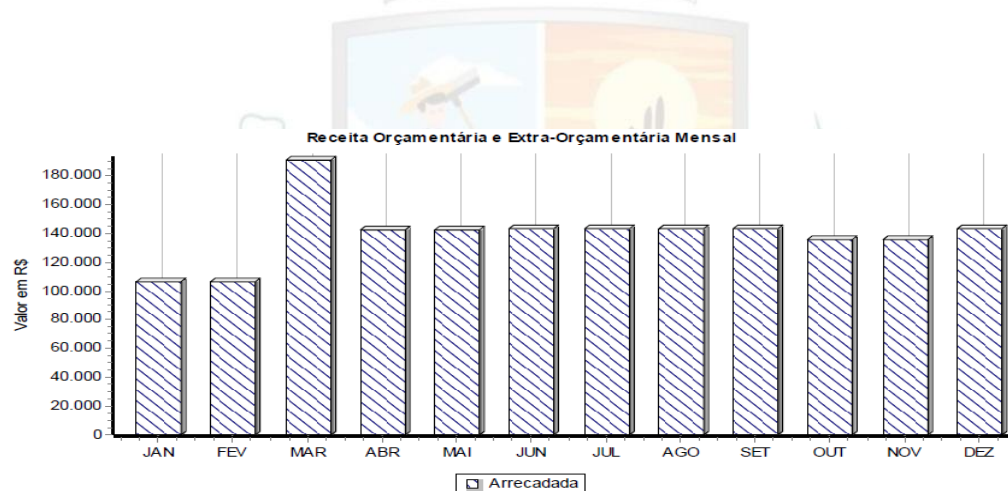
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	-213.766,27

8.3 EVOLUÇÃO DA RECEITA ARRECADADA MENSAL – EXERCÍCIO 2025

No exercício de 2025, a arrecadação mensal apresentou comportamento relativamente estável ao longo do ano, com valores concentrados, em sua maioria, na faixa entre R\$ 135 mil e R\$ 145 mil. Os meses de janeiro e fevereiro registraram os menores valores, com R\$ 106.578,93 e R\$ 106.532,01, respectivamente.

Destaca-se o mês de março como ponto fora da curva, com arrecadação significativamente superior aos demais, totalizando R\$ 190.836,05. A partir de abril, observa-se uma padronização nos valores arrecadados, mantendo-se próximos entre si até o final do exercício.

No último trimestre, houve leve redução em outubro e novembro, com recuperação no mês de dezembro, que encerrou com R\$ 143.268,03.



MES	ARRECADADA
JAN	106.578,93
FEV	106.532,01
MAR	190.836,05
ABR	142.268,71
MAI	142.122,80
JUN	143.027,78
JUL	142.959,99
AGO	142.812,36
SET	142.917,14
OUT	135.954,98
NOV	135.832,44
DEZ	143.268,03
TOTAL	1.675.111,22

Gráfico 1: Evolução da receita arrecadada

8.4 MEMÓRIA DE CÁLCULO DUODÉCIMO

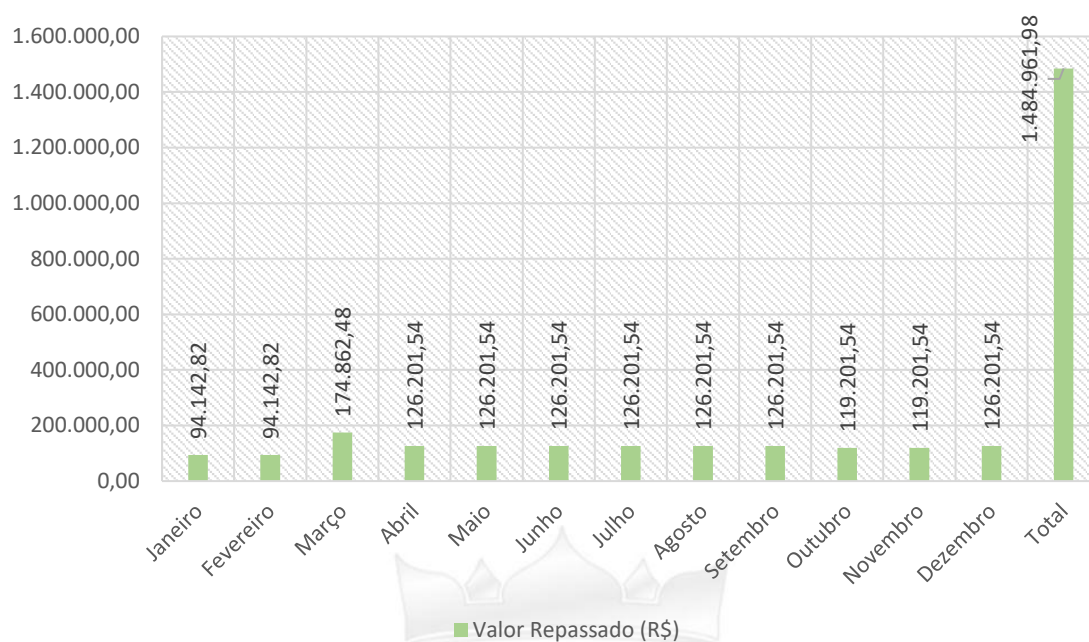


Gráfico 2: Memória de cálculo do duodécimo

Descrição	Valor (R\$)
Valor Arrecadado	0,00
Valor Total do Duodécimo	0,00
Valor Mensal (1/12)	0,00
Valor Já Repassado	1.484.961,98
Saldo a Repassar	-1.484.961,98

Tabela 3: Memória de cálculo do duodécimo

8.5 REPASSE E TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS PARA A CAMARA MUNICIPAL

O demonstrativo evidencia que as receitas extraorçamentárias totalizaram R\$ 1.675.111,22 no exercício, sendo compostas majoritariamente por transferências financeiras oriundas da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 1.484.961,98, que representam a principal fonte de ingresso.

Além disso, registram-se valores relacionados a encargos sociais, somando R\$ 147.697,27, distribuídos entre INSS (R\$ 85.211,48), IRRF Câmara (R\$ 56.721,94) e IRRF adicional (R\$ 5.763,85). Também constam retenções de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 40.600,95, bem como outros depósitos, incluindo rendimentos de aplicação financeira, no valor de R\$ 1.851,02.

Tabela 4: Repasse financeiro

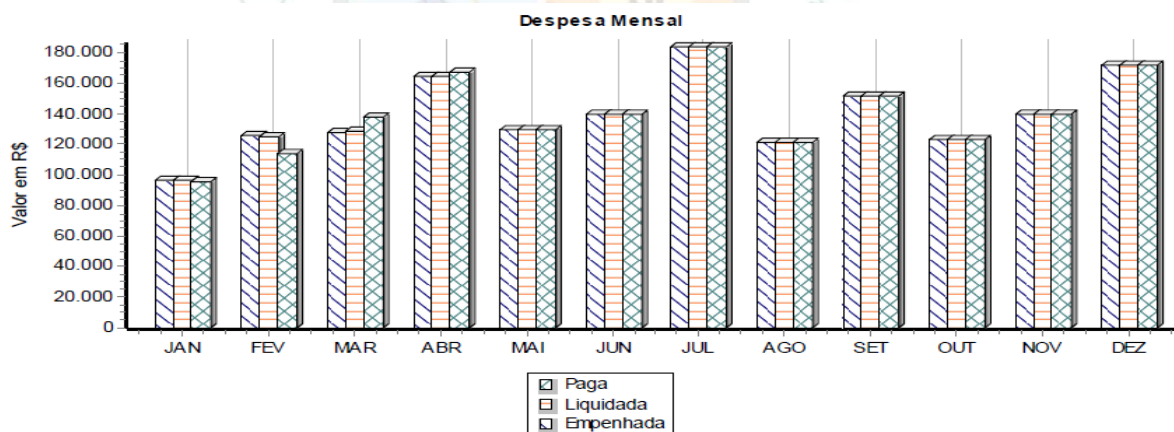
0 - TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS			0,00	1.484.961,98	1.484.961,98
7004	7004	REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUI	0,00	0,00	0,00
7005	7005	REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUI	0,00	0,00	0,00
7042	7042	REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUI	0,00	1.484.961,98	1.484.961,98
113810600 - VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO			0,00	0,00	0,00
9007	9007	DESPESAS CÂMARA 2014	0,00	0,00	0,00
9008	9008	DESPESAS A REGULARIZAR	0,00	0,00	0,00
9072	9072	INSS - FMS	0,00	0,00	0,00
113819900 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES DE CURTO PRAZO			0,00	0,00	0,00
9005	9005	APLICAÇÃO	0,00	0,00	0,00
218810103 - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES			0,00	147.697,27	147.697,27
9001	9001	INSS-CÂMARA	0,00	85.211,48	85.211,48
9003	9003	IRRF-CÂMARA	0,00	56.721,94	56.721,94
9006	9006	IRRF	0,00	5.763,85	5.763,85
218810110 - PENSÃO ALIMENTICIA			0,00	0,00	0,00
9004	9004	PENSÃO ALIMENTICIA	0,00	0,00	0,00
218810115 - RETENCOES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS			0,00	40.600,95	40.600,95
9002	9002	BB CONSIGNAÇÃO	0,00	40.600,95	40.600,95
218810499 - OUTROS DEPOSITOS			0,00	1.851,02	1.851,02
9083	9083	RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	0,00	1.851,02	1.851,02
TOTAL EXTRA ORÇAMENTÁRIO			0,00	1.675.111,22	1.675.111,22
TOTAL (ORÇAMENTÁRIO + EXTRA ORÇAMENTÁRIO)					1.675.111,22
Saldo do Exercício Anterior					
Recurso	Banco	Conta	Saldo Ex. Anterior		
BB/APLICAÇÃO	001	14543-2	4,03		
Total do Saldo			4,03		
TOTAL GERAL					1.675.115,25

8.6 DESPESA MENSAL

O demonstrativo das despesas mensais evidencia que o total executado no exercício foi de R\$ 1.675.115,25, mantendo total equivalência entre os valores empenhados, liquidados e pagos, o que indica regularidade na execução orçamentária e ausência de restos a pagar ao final do período.

Ao longo do ano, observa-se que os meses de janeiro (R\$ 96.118,82) e fevereiro (R\$ 126.122,00) apresentaram níveis iniciais mais baixos de despesa. A partir de março, há um crescimento gradual, com destaque para abril (R\$ 164.199,97) e principalmente julho (R\$ 183.882,60), que representa o maior volume mensal executado.

Nos meses seguintes, as despesas mantêm comportamento relativamente estável, com pequenas variações, situando-se majoritariamente entre R\$ 120 mil e R\$ 170 mil, até o encerramento do exercício. O mês de dezembro (R\$ 171.583,12) também apresenta valor elevado, típico do fechamento anual.



MES	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA
JAN	96.118,82	96.118,82	95.937,06
FEV	126.122,00	125.422,00	113.742,76
MAR	128.172,93	128.872,93	137.733,93
ABR	164.199,97	164.199,97	167.199,97
MAI	129.340,60	129.340,60	129.340,60
JUN	139.478,24	139.478,24	139.478,24
JUL	183.882,60	183.882,60	183.882,60
AGO	121.285,49	121.285,49	121.285,49
SET	152.022,93	152.022,93	152.022,93
OUT	123.048,07	123.048,07	123.048,07
NOV	139.860,48	139.860,48	139.860,48
DEZ	171.583,12	171.583,12	171.583,12
TOTAL	1.675.115,25	1.675.115,25	1.675.115,25

Gráfico 3: Despesa mensal

8.7 RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA – 2025

O demonstrativo evidencia que a despesa orçamentária total atingiu R\$ 1.574.509,47, sendo integralmente empenhada, liquidada e paga, o que indica execução regular e ausência de valores pendentes ao final do exercício.

As despesas correntes representam a maior parte da execução, totalizando R\$ 1.547.838,47, com destaque para:

Vencimentos e vantagens fixas (pessoal civil): R\$ 767.968,00

Obrigações patronais: R\$ 83.824,58

Outros serviços de terceiros – pessoa física: R\$ 356.942,50

Tabela 5: Resumo da execução orçamentária da despesa – 2025

Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica: R\$ 237.510,97 .

Econ	Especificação	Dotação Atual Empenho Atual	Emp no Mês Liq Atual	Liq no Mês Pago Mês	Emp A Pagar Pagto Atual
DESPESAS CORRENTES		1.730.693,82 1.547.838,47	1.547.838,47 1.547.838,47	1.547.838,47 1.547.838,47	0,00 1.547.838,47
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	810.906,48 767.968,00	767.968,00 767.968,00	767.968,00 767.968,00	0,00 767.968,00
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	118.772,27 83.824,58	83.824,58 83.824,58	83.824,58 83.824,58	0,00 83.824,58
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	6.961,98 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - CIVIL	65.385,87 65.014,00	65.014,00 65.014,00	65.014,00 65.014,00	0,00 65.014,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	61.041,83 30.178,42	30.178,42 30.178,42	30.178,42 30.178,42	0,00 30.178,42
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	415,77 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	388.755,36 356.942,50	356.942,50 356.942,50	356.942,50 356.942,50	0,00 356.942,50
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	271.819,48 237.510,97	237.510,97 237.510,97	237.510,97 237.510,97	0,00 237.510,97
3.3.90.41.00	CONTRIBUIÇÕES	6.442,39 6.400,00	6.400,00 6.400,00	6.400,00 6.400,00	0,00 6.400,00
3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	192,39 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
DESPESAS DE CAPITAL		44.929,30 26.671,00	26.671,00 26.671,00	26.671,00 26.671,00	0,00 26.671,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.771,72 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	41.233,68 26.671,00	26.671,00 26.671,00	26.671,00 26.671,00	0,00 26.671,00
4.4.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	923,90 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
TOTAL ORÇAMENTÁRIO...		1.775.623,12 1.574.509,47	1.574.509,47 1.574.509,47	1.574.509,47 1.574.509,47	0,00 1.574.509,47
DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIO				100.605,78	100.605,78
TOTAL (ORÇAMENTÁRIO + EXTRA ORÇAMENTÁRIO)					1.675.115,25
Saldo para o mês seguinte					
Caixa					0,00
Bancos e Correspondentes.....					0,00
Total do Saldo					0,00
TOTAL GERAL					1.675.115,25

Além disso, foram registradas despesas extraorçamentárias no valor de R\$ 100.605,78, resultando em um total geral (orçamentário + extraorçamentário) de R\$ 1.675.115,25.

8.8 RESUMO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – PREVISÃO 2025

O demonstrativo do balanço orçamentário evidencia que não houve previsão de receitas orçamentárias para o exercício, mantendo-se zerados os valores de previsão inicial, atualizações e transferências financeiras previstas. Dessa forma, a receita prevista atualizado total permaneceu em R\$ 0,00.

Em contrapartida, a despesa orçamentária foi fixada inicialmente em R\$ 1.788.300,87, sofrendo ajuste negativo de R\$ 12.677,75 referente a créditos adicionais com recursos de anulação, resultando em uma despesa orçamentária atualizada de R\$ 1.775.623,12.

Não foram registrados créditos adicionais por excesso de arrecadação, superávit financeiro ou operações de crédito, tampouco transferências financeiras orçadas.

Tabela 6: Balanço orçamentário

1.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PREVISÃO DE 2025

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

(+) Receita Previsão Inicial	R\$	0,00
(+) Atualização Efetivada	R\$	0,00
(+) Transferência Financeira Prevista	R\$	0,00
(=) Total Receita Prevista Atualizada	R\$	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

(+) Despesa Autorizada Inicial	R\$	1.788.300,87
(+) Créditos Adicionais - Excesso de Arrecadação	R\$	0,00
(+) Créditos Adicionais - Superávit Financeiro	R\$	0,00
(+) Créditos Adicionais - Operações de Crédito	R\$	0,00
(+) Créditos Adicionais - Superávit Orçamentário	R\$	0,00
(+) Créditos Adicionais - Vigência Plurianual	R\$	0,00
(+) Créditos Adicionais - com Recurso de Anulação de Outra Entidade	R\$	0,00
(-) Recurso de Anulação com Abertura de Créd. Adic. de Outra Entidade	R\$	0,00
(+) Créditos Extraordinários	R\$	0,00
(=) Créditos Adicionais - com Recursos de Anulação	R\$	-12.677,75
(=) Total da Despesa Orçamentária Atualizada	R\$	1.775.623,12
(+) Transferência Financeira Orçada	R\$	0,00
(=) Total da Despesa Orçamentária Atualizada Final	R\$	1.775.623,12
RESULTADO DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA (I - II) - DÉFICIT	R\$	-1.775.623,12

8.9 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – PAGO 2025

O demonstrativo do balanço orçamentário na fase do pago evidencia que não houve arrecadação de receitas orçamentárias no exercício, permanecendo zerados os valores de receitas correntes, de capital e transferências financeiras recebidas, resultando em receita total arrecadada de R\$ 0,00.

Em relação às despesas, foram executados R\$ 1.574.509,47, sendo R\$ 1.547.838,47 referentes a despesas correntes e R\$ 26.671,00 a despesas de capital. Não houve registros

Tabela 7: Balanço orçamentário pago

1.4. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PAGO DE 2025

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

(+) Receitas Correntes	R\$	0,00
(+) Receitas de Capital (Exceto II)	R\$	0,00
(=) Subtotal das Receitas (I)	R\$	0,00
(+) Refinanciamento (II)	R\$	0,00
(=) Total com Refinanciamento (III = I + II)	R\$	0,00
(+) Transferências Financeiras Recebidas (IV)	R\$	0,00
(=) Total da Receita Arrecadada (V = III + IV)	R\$	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

(+) Despesas Correntes	R\$	1.547.838,47
(+) Despesas de Capital (Exceto VII)	R\$	26.671,00
(=) Subtotal das Despesas (VI)	R\$	1.574.509,47
(+) Amortização da Dívida/Refinanciamento (VII)	R\$	0,00
(=) Total com Refinanciamento (VIII = VI + VII)	R\$	1.574.509,47
(+) Transferências Financeiras Concedidas (IX)	R\$	0,00
(=) Total da Despesa Realizada (X = VIII + IX)	R\$	1.574.509,47

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO PAGO (V - X) - DÉFICIT	R\$	-1.574.509,47
--	------------	----------------------

de amortização de dívida, refinanciamento ou transferências financeiras concedidas.

8.10 BALANÇO FINANCEIRO

O demonstrativo evidencia que a receita total no exercício atingiu R\$ 1.675.115,25, sendo composta integralmente por receitas extraorçamentárias no valor de R\$ 1.675.111,22, acrescidas de um saldo anterior de R\$ 4,03.

Dentre as receitas, destacam-se as transferências financeiras recebidas da Prefeitura Municipal, que somaram R\$ 1.484.961,98, representando a principal fonte de recursos. Também foram registrados valores em consignações no total de R\$ 103.086,74, cauções (INSS) de R\$ 85.211,48 e rendimentos de aplicação financeira de R\$ 1.851,02.

RECEITA	PERÍODO	TOTAL	DESPESA	PERÍODO	TOTAL
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	143.268,03	1.675.111,22	ORÇAMENTÁRIA	160.251,28	1.574.509,47
CAUCOES	7.008,12	85.211,48	01 Legislativa	160.251,28	1.574.509,47
9001 INSS-CÂMARA	7.008,12	85.211,48	04 Administração		
CONSIGNACOES	9.973,00	103.086,74	08 Assistência Social		
9003 IRRF-CÂMARA	5.649,28	56.721,94	09 Previdência Social		
9006 IRRF		5.763,85	10 Saúde		
9002 BB CONSIGNAÇÃO	4.323,72	40.600,95	12 Educação		
CREDORES DIVERSOS	85,37	1.851,02	13 Cultura		
9083 RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	85,37	1.851,02	15 Urbanismo		
TRANSFERÊNCIAS FINAN	126.201,54	1.484.961,98	17 Saneamento		
7042 REPASSE RECEBIDO DA PREFEITURA MUN	126.201,54	1.484.961,98	18 Gestão Ambiental		
Total ->	143.268,03	1.675.111,22	20 Agricultura		
=> SALDO ANTERIOR	28.315,09	4,03	24 Comunicações		
BANCO CONTA APLICAÇÃO	28.315,09	4,03	25 Energia		
Total SALDO ANTERIOR	28.315,09	4,03	26 Transporte		
TOTAL DA RECEITA	171.583,12	1.675.115,25	27 Desporto e Lazer		
			28 Encargos Especiais		
			99 Reserva de Contingência		
			EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	11.331,84	100.605,78
			CAUCOES	7.008,12	63.259,22
			9001 INSS-CÂMARA	7.008,12	63.259,22
			CONSIGNACOES	4.323,72	37.346,56
			9002 BB CONSIGNAÇÃO	4.323,72	37.346,56
			Total ->	171.583,12	1.675.115,25
			SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	0,00	0,00
			BANCO CONTA APLICAÇÃO		
			Total SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	0,00	0,00
			TOTAL DA DESPESA	171.583,12	1.675.115,25

Tabela 8: Balanço financeiro

8.11 BALANÇO PATRIMONIAL

Tabela 9: Balanço patrimonial

4. BALANÇO PATRIMONIAL DE 2025		
ATIVO		
ATIVO CIRCULANTE		
(+) Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$	0,00
(+) Créditos a Curto Prazo	R\$	0,00
(+) Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$	476.466,40
(+) Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	R\$	0,00
(+) Estoques	R\$	3.086,39
(+) VPD Pagas Antecipadamente	R\$	0,00
(=) TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE (I)	R\$	479.552,79
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
(+) Créditos a Longo Prazo	R\$	0,00
(+) Investimentos	R\$	0,00
(+) Imobilizado	R\$	369.998,08
(+) Intangível	R\$	0,00
(=) TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE (II)	R\$	369.998,08
(=) TOTAL DO ATIVO (III = I + II)	R\$	849.550,87
PASSIVO		
PASSIVO CIRCULANTE		
(-) Obrig. Trabalhistas, Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	R\$	0,00
(-) Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	R\$	0,00
(-) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$	0,00
(-) Obrigações Fiscais a Curto Prazo	R\$	0,00
(-) Obrigações de Repartição e Outros Entes	R\$	0,00
(-) Provisões a Curto Prazo	R\$	0,00
(-) Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$	213.766,27
(=) TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE (IV)	R\$	213.766,27
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
(-) Obrig. Trabalhistas, Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	R\$	0,00
(-) Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	R\$	0,00
(-) Fornecedores a Longo Prazo	R\$	0,00
(-) Obrigações Fiscais a Longo Prazo	R\$	0,00
(-) Provisões a Longo Prazo	R\$	0,00
(-) Demais Obrigações a Longo Prazo	R\$	0,00
(-) Resultado Diferido	R\$	0,00
(=) TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE (V)	R\$	0,00

(=) TOTAL DO PASSIVO (VI = IV + V)	R\$	213.766,27
(=) TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2025 - SUPERÁVIT (VII = III - VI)	R\$	635.784,60
ATIVO FINANCEIRO	R\$	473.098,40
ATIVO PERMANENTE	R\$	376.452,47
PASSIVO FINANCEIRO	R\$	213.766,27
PASSIVO PERMANENTE	R\$	0,00
COMPENSAÇÕES		
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	R\$	0,00
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	R\$	-4.800,00

9. TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A Câmara Municipal mantém compromisso com a transparência pública por meio do Portal da Transparência, disponível em: <https://www.jacobinadopiaui.pi.leg.br/a>

No portal, encontram-se disponíveis informações relativas à execução orçamentária, atos administrativos, legislação e demais dados públicos, garantindo o acesso à informação e o controle social.

A Ouvidoria, quando acionada, funciona como canal de comunicação entre o cidadão e o Poder Legislativo, permitindo o registro de solicitações, denúncias, sugestões e reclamações.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas neste relatório refletem a realidade administrativa, legislativa e institucional da Câmara Municipal de Jacobina do Piauí no exercício de 2025.

O documento reafirma o compromisso da gestão com a transparência, a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos e o fortalecimento do Poder Legislativo como instrumento de representação da sociedade.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- Tribunal de Contas do Estado do Piauí. Normas e orientações para prestação de contas anual. Disponível em: <https://www.tce.pi.gov.br>. Acesso em: 2026.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados estatísticos e territoriais do município de Jacobina do Piauí. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2026.
- JACOBINA DO PIAUÍ. Lei Orgânica do Município. Jacobina do Piauí – PI.
- CÂMARA MUNICIPAL DE JACOBINA DO PIAUÍ. Regimento Interno da Câmara Municipal.
- JACOBINA DO PIAUÍ. Lei Estadual nº 4.477, de 29 de abril de 1992. Dispõe sobre a emancipação política do município.
- COSTA, Walfredo José da. Registros históricos sobre a formação territorial do município de Jacobina do Piauí.
- CÂMARA MUNICIPAL DE JACOBINA DO PIAUÍ. Portal da Transparência. Disponível em: <https://www.jacobinadopiaui.pi.leg.br>. Acesso em: 2026.

12. APÊNDICES

12.1 APÊNDICE A – RELAÇÃO COMPLETA DE VEREADORES (LEGISLATURA 2025)

Nº	Nome do Vereador
01	Francisco de Abreu
02	Raelson Reis Ferreira
03	Raila Campos de Sousa
04	Edilene Rodrigues de Oliveira Paula
05	Francivan de Carvalho Fernandes
06	Maria Eduarda de Oliveira Rocha

07	Raimundo de Carvalho Damasceno
08	Pedro José de Sousa Filho
09	Francisco Charles da Silva Oliveira

12.2 APÊNDICE B – QUADRO RESUMO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Tipo de Atividade	Quantidade
Sessões Ordinárias	20
Sessões Extraordinárias	05
Sessões Solenes	01
Projetos de Lei Ordinária	23
Projetos de Lei Complementar	02
Projetos Aprovados (Ordinários)	21
Projetos Aprovados (Complementares)	02
Requerimentos	29
Indicações	10

12.3 APÊNDICE C – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Função	Nome
Controlador	Jeneilson da Silva Santos
Tesoureira	Cristina Priscila Nunes Passos
Comissionada	Merilândia Josefa de Sousa Andrade

12.4 APÊNDICE D – INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

Estrutura Física:

- Área construída aproximada: 200 m²
- Localização: Sede do Poder Legislativo
- Situação: Sem reforma estrutural completa

Equipamentos disponíveis:

- 01 Notebook
- 01 Impressora
- Sistema de votação eletrônica (SGGP)

12.5 APÊNDICE E – PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

A Câmara Municipal disponibiliza informações públicas por meio do portal:

<https://www.jacobinadopiaui.pi.leg.br>

Conteúdos disponíveis:

- Execução orçamentária
- Atos administrativos
- Legislação municipal
- Dados institucionais

